



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**SIGILO:** ( ) SIM ( X ) NÃO

<b>Órgão que será atendido pelo estudo:</b>	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Turismo.
---	--

<b>Objeto:</b>	Aquisição de trator agrícola, pulverizador de barras, perfurador de solo e carreta agrícola, conforme termo de convênio n.º 955383/2023/MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
----------------	--

### 1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei n.º 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a nova lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

Nos termos do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância à normas vigentes e aos princípios que regem a administração pública.

## 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A motivação da necessidade do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, encontra-se pormenorizada em tópico específico no Documento de Formação de Demanda - DFD.

Assim, uma a vez que a necessidade da contratação já foi devidamente justificada, desnecessária a maior extensão destas linhas, reportando-me, por brevidade, à fundamentação *supra*.

## 3. PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços é o procedimento por meio do qual se busca o valor de referência em processos de licitação. A Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021) faz remissões à estimativa de custos como baliza procedimental necessária nas licitações públicas.

E, especificamente, o artigo 18, § 1º, inciso VI, da referida lei, aduz que:

*Art. 18. (...).*

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

*(...);*

*VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Não obstante, o Art. 23 dispõe que “o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”.

O valor de referência para a presente contratação foi definido em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Termo de Convênio n.º 926748/2022/MAPA através do seu Plano de Trabalho, observando-se os limites e diretrizes ali previstos para a aquisição do objeto.

Ressalta-se que, embora o referido instrumento contemple valores previamente estipulados, a Administração Pública adotou tais parâmetros como base inicial para a definição do preço de referência, em consonância com as normas aplicáveis às contratações públicas, garantindo a compatibilidade com os valores praticados no mercado.

Dessa forma, o valor estimado da contratação encontra-se devidamente justificado, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade, assegurando que a futura aquisição se dê em condições adequadas tanto sob o aspecto financeiro quanto técnico, em estrita observância ao interesse público.

Portanto, a valor referencial, constante no Plano de Trabalho do convênio, anexo deste Estudo Técnico Preliminar, representa a quantificação econômica estimada para a contratação do bem, considerando as especificações técnicas exigidas, o padrão de mercado vigente e os princípios da economicidade, eficiência e legalidade que regem a Administração Pública. Tal estimativa fundamenta-se em pesquisas de preços consolidadas, permitindo que a futura contratação seja realizada com observância aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma adequada e em conformidade com a legislação pertinente, garantindo transparência e segurança jurídica ao procedimento licitatório.

## 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021).

O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme prevê inciso XIII, do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021, porquanto seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Sendo assim, considerando a necessidade da contratação do objeto e a análise de mercado realizada, foram encontradas as seguintes soluções:

**a) Alternativa 01:** Realização de procedimento licitatório próprio, a ser conduzido pelo Departamento de Licitações do Município, para aquisição dos implementos agrícola conforme as especificações técnicas estabelecidas. Tal alternativa mostra-se a mais adequada e eficaz, uma vez que permite a ampla competitividade entre os fornecedores, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e a plena adequação do objeto às necessidades específicas da Patrulha Agrícola Mecanizada, em consonância com o Termo de Convênio n.º 955383/2023/MAPA;

**b) Alternativa 02:** Aquisição por meio de adesão à Ata de Registro de Preços de outros órgãos ou entidades da Administração Pública (carona). Contudo, após levantamento realizado, não foram identificadas Atas de Registro de Preços vigentes que contemplassem objeto com especificações técnicas compatíveis e suficientes para atender, de forma integral e eficiente, às necessidades da Administração Municipal, especialmente quanto às características atualizadas dos equipamentos pretendidos. Dessa forma, resta afastada a possibilidade de adesão a atas existentes, evidenciando-se que a realização de procedimento licitatório próprio se apresenta como a solução mais viável e adequada para o atendimento da demanda em questão.

Com bases nas diretrizes acima, foram ponderadas as soluções encontradas no mercado a fim de demonstrar, de forma objetiva, qual delas é a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

A respeito do tema, colhe-se ementa de aresto ilustrativo proferido nos Acórdãos de n.ºs 2383/2014 e 214/2020, do Plenário do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**:

*A Administração, por ocasião do planejamento de suas contratações, deve identificar, previamente à elaboração das especificações técnicas e à cotação de preços, um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que possam atender completamente suas necessidades, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.*

Para a comparação, foram considerados os custos e benefícios durante o ciclo de vida do objeto (melhor relação custo-benefício), em respeito ao art. 44, da Lei Federal n.º 14.133/2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

No levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, a Administração, dentre outras opções, considerou contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como consulta com potenciais contratadas para coleta de contribuições e demais aspectos de logísticas menos onerosas ao Ente, para identificar e mitigar as inconsistências ocorridas na fase do Planejamento da Contratação.

Destarte, a Solução Escolhida:

É a contemplada na **Alternativa 01**, cuja viabilidade está justificada na maior agilidade da solução, bem como de sua economicidade perante o problema identificado, evidenciando, por conseguinte, o interesse público na presente escolha.

### 5. REFERÊNCIA AO PLANO ANUAL DE COMPRAS

Face a não existência do Plano Anual de Compras no Município de Borrazópolis/PR, não há indicação desta contratação no Plano.

Considerando a não existência de plano anual de compras, no tocante a contratação objeto do presente estudo, informe-se: A previsão de compras do objeto deste ETP está contemplada no PPA 2025/2028, LDO 2025 e LOA 2025 deste município, conforme declaração emitida e assinada pelo Contador do Município, a qual segue como documento anexo ao ETP.

### 6. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

#### **Requisitos legais e regulatórios:**

Registro da empresa: a empresa deve estar devidamente registrada e licenciada conforme as normas locais, estaduais e federais.

Estoque disponível: manter um inventário adequado para atender prontamente às demandas da contratante.

Atendimento ao cliente: equipe dedicada de atendimento ao cliente para suporte e resolução de problemas.

Estabilidade financeira: prova de estabilidade financeira e capacidade de cumprir com os contratos.

Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Atender a esses requisitos para garantir uma parceria confiável, eficiente e de qualidade no fornecimento de materiais de construção.

Ser pessoa jurídica e que explore ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas no certame.

Ter capacidade técnica para prestar os serviços de acordo com as necessidades do contratante no que diz respeito a qualidade e padronização;

## 7. DA NECESSIDADE DE LICITAÇÃO

Preceitua o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 a obrigatoriedade de as contratações públicas serem antecedidas de processo licitatório, por meio do qual o administrador escolherá a proposta mais vantajosa ao interesse público, *in verbis*:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...);*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

De acordo com o texto constitucional, reafirma-se, portanto, a necessidade de um procedimento prévio formal de escolha para as contratações de obras, serviços, compras e alienações, configurando-se um procedimento preparatório ao contrato a ser celebrado entre a municipalidade e os particulares, cuja concatenação de tais atos e fases constituirá o processo denominado de "licitação", no qual se assegurará a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Conclui-se, portanto, que a constituição da república acolheu a presunção de que a realização prévia de licitação à contratação é a medida mais vantajosa para administração pública, razão pela qual foi editada, em 1º de abril de 2021, a Lei Federal n.º 14.133, regulamentando o dispositivo constitucional acima transcrito.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## 8. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta como a modalidade adequada para a pretensa contratação o **Pregão Eletrônico**, na forma do art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, com regulamentação dada pelo Decreto Municipal n.º 26/2025, dada a natureza comum de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Conquanto o conceito seja aberto à classificação do que possa ser compreendido como “comum”, ao analisarmos a especificação do(s) bem(ns) demandado(s), verificamos que este(s):

- i) É (são) passível(is) de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- ii) Possui(em) especificações usuais de mercado; e
- iii) E possui(em) disponibilidade no mercado.

No tocante ao pregão eletrônico, objetiva-se aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório, ampliando a disputa licitatória com a participação de maior número de empresas de diversos estados, já que é dispensada a presença dos contendentes, verificando-se uma alternativa ágil, transparente e que possibilita uma negociação eficaz entre os licitantes. Além disso, tornou efetivamente mais eficiente e barato ao processo licitatório.

É por tal razão que, visando a mais ampla divulgação e participação de interessados, o certame será realizado através da plataforma eletrônica Banco Nacional de Compras (BNC) – disponível através do site: <https://www.bnc.org.br>, cujo sistema cumpre a função de oferecer as melhores soluções de mercado à administração pública.

A concorrência dos licitantes no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à plataforma eletrônica Banco Nacional de Compras (BNC), a qual se manifestará por meio de seu operador designado.

Tipo de disputa: modo **ABERTO**, no qual, segundo disposto no art. 56, inciso I, da Lei de Licitações, “*os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes*”.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## 9. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Considerando os descritivos dos Lotes/Itens exemplificados na planilha constante no documento de formalização de demanda (DFD) e no presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que estes possuem características distintas e divisíveis, desta forma será utilizado o critério de avaliação do tipo **Menor Preço – Por Item**, de modo a majorar a competitividade do certame e atingir eficazmente as finalidades esperadas com a contratação.

A realização de licitação por itens ou lotes encontra previsão no art. 40, § 2º, da Lei no 14.133/2021, desde que: a) o objeto seja divisível, econômica e tecnicamente; b) não reste comprometida a integridade do objeto da contratação; e c) a divisão não culmine na elevação desproporcional dos preços, tudo de forma a garantir a ampla e maior competitividade entre os licitantes interessados na licitação.

Nesse sentido, colhe-se o precedente do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** consubstanciado no verbete de sua Súmula n.º 247, que expressa:

*“(...) é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”*

Entende-se, pois, que a aquisição concentrada em um único fornecedor não seria vantajosa simplesmente por não se apresentar tecnicamente viável. Nessa toada, a fragmentação do objeto não só ampliaria as formas de execução dos fornecimentos, como também aumentaria a concorrência no certame.

Junto a isso, o fracionamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para executá-lo na totalidade, podem fazê-lo com relação a itens, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

Portanto, sendo o objeto caracterizado neste estudo com padrão de qualidade e desempenho definidos objetivamente, além de tratar-se de um tipo de material disponível no mercado, justifica-se a escolha pelo critério de avaliação “menor preço por item”.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## 10. DA AMPLA CONCORRÊNCIA

Considerando que a pesquisa de mercado demonstrou a indisponibilidade de três fornecedores qualificados como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), o que, em conformidade com o estabelecido no art. 49, inciso II, da Lei complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, permite a realização de licitação de ampla concorrência para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Assim dispõe o referido dispositivo:

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta lei complementar quando:*

*(...);*

*II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.*

É por essa razão que a realização de licitação de ampla concorrência está igualmente fundamentada na Lei complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

De outro giro, a ampla concorrência permite a participação de um maior número de fornecedores, proporcionando uma maior variedade de produtos, serviços e soluções, além de fomentar a inovação e garantir a qualidade das propostas, de modo que a competição aberta tende a resultar em preços mais competitivos, otimizando os recursos públicos e promovendo a economicidade.

Desta forma, a ampla concorrência está alinhada com os princípios de isonomia, publicidade e impessoalidade, assegurando a transparência do processo e a igualdade de oportunidades para todas as empresas interessadas, preservando-se a competitividade de maneira mais isonômica e eficaz, diante das necessidades públicas.

Vale ressaltar, que não será aplicado os benefícios materiais previstos nos arts. 47, *caput* e 48 inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, para o edital em específico. No entanto, aplicar-se-á apenas o tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Nesse sentido, é o disposto nos artigos *supra*:

*Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

*trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.*

*Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.*

*§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

*§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.*

*Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.*

*§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.*

*§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.*

*Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta lei complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:*

*I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;*

*II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta lei complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;*

*III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

*nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta lei complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

*§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.*

*§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.*

*§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.*

### 11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A realização da aquisição será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser tecnicamente viável e economicamente mais vantajoso, a evidenciar a possibilidade de fracionamento do objeto.

Assim, uma vez respeitada à regra do parcelamento, desnecessária a maior extensão destas linhas, reportando-me, por brevidade, à fundamentação *supra*.

### 12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – OBJETO TÉCNICO

A solução proposta consiste na aquisição de conjunto mecanizado composto por trator agrícola, pulverizador de barras, perfurador de solo e carreta agrícola. O objeto visa estruturar e modernizar a capacidade operacional da Administração Pública Municipal no atendimento às demandas do setor agropecuário, mediante a disponibilização de equipamentos novos, devidamente certificados e aptos à execução de atividades agrícolas essenciais.

Sob o enfoque técnico, a solução contempla bens permanentes integrados e complementares, destinados à mecanização de etapas fundamentais da produção rural, incluindo preparo do solo, pulverização, perfuração e transporte agrícola, promovendo maior eficiência, padronização e economicidade na execução dos serviços públicos voltados ao desenvolvimento rural. Trata-se de investimento estratégico que possibilita à Administração



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**

## **ESTADO DO PARANÁ**

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

ampliar sua capacidade de suporte técnico e operacional aos produtores rurais, fortalecendo políticas públicas de incentivo à produção agrícola e à agricultura familiar.

A solução como um todo foi estruturada de forma sistêmica, considerando a aquisição de equipamentos tecnicamente compatíveis e operacionalmente integrados, capazes de atender de maneira eficiente às diversas demandas do setor agropecuário municipal. O objeto técnico contempla a disponibilização de maquinário agrícola novo, em linha de fabricação, com especificações mínimas suficientes para assegurar desempenho, durabilidade, segurança operacional e conformidade com normas técnicas e ambientais aplicáveis.

O trator agrícola constitui o núcleo funcional da solução, sendo responsável pela tração e operação dos implementos agrícolas, devendo apresentar potência, capacidade hidráulica e características mecânicas compatíveis com os equipamentos acessórios previstos. Sua escolha objetiva proporcionar versatilidade operacional, permitindo sua utilização em múltiplas atividades, tais como preparo de solo, transporte, pulverização e perfuração, ampliando a eficiência da estrutura pública rural.

O pulverizador de barras integra a solução como equipamento destinado à aplicação racional e uniforme de defensivos agrícolas, fertilizantes foliares e demais insumos líquidos, assegurando maior controle fitossanitário das culturas agrícolas e redução de perdas produtivas. Sua inclusão atende à necessidade de modernização das práticas agrícolas, promovendo precisão operacional e melhor aproveitamento dos recursos utilizados nas lavouras.

O perfurador de solo, por sua vez, representa ferramenta técnica essencial para atividades específicas que exigem perfuração mecanizada, como implantação de cercas, plantio de mudas e outras intervenções estruturais em propriedades rurais. Sua utilização reduz significativamente o esforço operacional, aumenta a produtividade e assegura padronização dos serviços executados.

A carreta agrícola complementa a solução ao oferecer suporte logístico indispensável para o transporte de insumos, ferramentas, implementos e produção agrícola, promovendo maior eficiência no deslocamento de cargas e contribuindo para a melhoria da logística rural.

Destaca-se que a solução foi concebida sob a lógica de complementaridade funcional, permitindo que os equipamentos operem de forma integrada, formando conjunto mecanizado apto a atender ampla gama de necessidades do setor agrícola local. Além disso, foram considerados fatores relacionados à manutenção, disponibilidade de peças, assistência técnica, vida útil e custo-benefício, garantindo sustentabilidade operacional e economicidade ao investimento público.

Sob o aspecto jurídico-administrativo, a solução atende aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, previstos na legislação aplicável às contratações públicas, além de observar integralmente as exigências estabelecidas pelo convênio federal que subsidia a aquisição. Dessa forma, o objeto técnico proposto revela-se adequado,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

proporcional e plenamente alinhado às necessidades institucionais da Administração e aos objetivos de fortalecimento da infraestrutura rural municipal.

Portanto, a composição do objeto permite a estruturação de conjunto mecanizado funcional, capaz de atender de forma abrangente as principais demandas do setor agropecuário local, promovendo modernização da infraestrutura rural, aumento da produtividade, melhoria na prestação dos serviços públicos e fortalecimento das políticas de apoio ao produtor rural.

Além disso, a solução observa critérios de economicidade, durabilidade, compatibilidade técnica e sustentabilidade operacional, assegurando melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos e maior retorno social, econômico e institucional. Assim, evidencia-se que a contratação representa medida estratégica e plenamente justificada para impulsionar o desenvolvimento rural sustentável, ampliar a capacidade operacional do Município e garantir maior eficiência na execução das ações voltadas ao setor agrícola.

Desta forma, a solução proposta, consistente na aquisição integrada de trator agrícola, pulverizador de barras, perfurador de solo e carreta agrícola, apresenta-se tecnicamente adequada, operacionalmente eficiente e juridicamente compatível com as necessidades da Administração Pública Municipal e com os objetivos estabelecidos no Termo de Convênio n.º 955383/2023/MAPA.

## 13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

A aquisição dos equipamentos representa uma medida estratégica que visa atender de maneira eficaz às crescentes demandas dos setores agrícola do município. Este investimento é crucial para modernizar as operações, aumentar a produtividade e melhorar as condições de trabalho e de infraestrutura local. Com a incorporação dos equipamentos espera-se alcançar uma série de benefícios que impactarão positivamente tanto a gestão dos recursos municipais quanto a qualidade de vida da população.

Os benefícios esperados podem ser divididos em duas categorias principais: benefícios gerais, que abrangem melhorias amplas e sistêmicas nas operações municipais, e benefícios específicos, que detalham as vantagens diretas para o setor agrícola. Esses benefícios contribuirão para a eficiência operacional, redução de custos e promoção do desenvolvimento sustentável, assegurando que o município esteja melhor preparado para enfrentar os desafios atuais e futuros.

Entre os principais benefícios, destacam-se:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## **Benefícios Gerais:**

**Aumento da Produtividade Agrícola:** A mecanização permite o cultivo de maiores áreas em menos tempo, otimizando o trabalho dos agricultores e elevando a produção. Com o uso dos equipamentos, é possível realizar mais ciclos produtivos e melhorar o rendimento por hectare;

**Redução de Custos Operacionais:** Com a mecanização, há uma diminuição no uso intensivo de mão de obra manual, o que reduz os custos de contratação de trabalhadores para as atividades no campo. Além disso, a aplicação mais precisa de insumos diminui o desperdício e o custo com defensivos e fertilizantes;

**Modernização da Agricultura:** A introdução de maquinários modernos prepara os agricultores para as exigências do mercado atual, onde a tecnologia é fundamental para a competitividade. Com o aumento da eficiência e profissionalização, os produtores podem se posicionar melhor em mercados mais exigentes;

**Melhoria da Qualidade de Vida dos Agricultores:** Com a redução do esforço físico necessário para as atividades agrícolas, os agricultores podem realizar suas tarefas com maior conforto e segurança, promovendo uma melhor qualidade de vida no campo.

## **Benefícios Específicos:**

**Aumento da produtividade agrícola:** Possibilitará maior eficiência nas operações de preparo do solo, plantio e demais atividades mecanizadas, reduzindo o tempo de execução e ampliando a capacidade produtiva das propriedades rurais.

**Redução de custos operacionais aos produtores:** A disponibilização do equipamento pela Administração reduzirá a necessidade de contratação de serviços terceirizados ou aquisição individual de maquinário, diminuindo os custos de produção, especialmente para pequenos e médios agricultores.

**Ampliação do atendimento aos produtores rurais:** Permitirá maior alcance das ações atendendo um número maior de propriedades, com maior agilidade e eficiência na prestação dos serviços.

**Fortalecimento da agricultura familiar:** Contribuirá diretamente para o desenvolvimento da agricultura familiar, promovendo inclusão produtiva, geração de renda e melhoria das condições de trabalho no campo.

**Modernização das práticas agrícolas:** Estimulará a adoção de técnicas mais modernas e eficientes de cultivo, com melhor aproveitamento dos recursos naturais e aumento da qualidade da produção.

**Redução do esforço físico e melhoria das condições de trabalho:** A mecanização das atividades reduzirá o trabalho manual intenso, proporcionando maior segurança, ergonomia e



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

qualidade de vida aos trabalhadores rurais.

Fomento ao desenvolvimento econômico local: O incremento da produção agrícola impactará positivamente a economia do município, gerando emprego, renda e fortalecendo a cadeia produtiva local.

Maior eficiência na prestação do serviço público: A Administração Pública poderá executar suas políticas de apoio ao setor rural com maior eficiência, regularidade e qualidade, atendendo ao interesse público de forma mais eficaz.

Sustentabilidade e uso racional dos recursos: O uso de equipamento moderno e adequado contribuirá para práticas agrícolas mais sustentáveis, com melhor manejo do solo e redução de desperdícios.

Atendimento às diretrizes do convênio: A aquisição permitirá o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Convênio n.º 955383/2023/MAPA, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e a efetividade da política pública implementada.

Em resumo, os benefícios apresentados evidenciam a relevância da contratação, não apenas para o atendimento das necessidades imediatas da Administração, mas também pelos impactos positivos a médio e longo prazo. A solução proposta proporciona um conjunto abrangente de vantagens, de natureza geral e específica, cuja conjugação reforça a importância da aquisição planejada. Tal medida assegura não apenas a adequada resposta às demandas atuais, como também a implementação de soluções sustentáveis, eficientes e economicamente vantajosas ao longo do tempo.

## 14. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A demonstração do resultado da presente contratação fundamenta-se na expectativa de fortalecimento estrutural e operacional da política pública de apoio ao setor agropecuário municipal, por meio da aquisição de trator agrícola, pulverizador de barras, perfurador de solo e carreta agrícola, conforme previsto no Termo de Convênio n.º 955383/2023/MAPA. A implementação dessa solução visa produzir impactos positivos contínuos na capacidade de atendimento da Administração Pública às demandas rurais, promovendo ganhos de eficiência, produtividade e desenvolvimento econômico sustentável.

Sob a perspectiva técnica e administrativa, o investimento em mecanização agrícola proporcionará ampliação da infraestrutura pública destinada ao suporte dos produtores rurais, especialmente da agricultura familiar, permitindo maior alcance, agilidade e qualidade na execução de serviços essenciais. Dessa forma, projeta-se resultado futuro consistente na



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

modernização das atividades agrícolas locais, na redução de custos operacionais e na geração de benefícios socioeconômicos permanentes para o Município.

A aquisição dos equipamentos previstos proporcionará, em perspectiva futura, significativa ampliação da capacidade operacional da Administração Pública Municipal na execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, permitindo atendimento mais eficiente, contínuo e abrangente aos produtores locais. A disponibilização de maquinário agrícola moderno e tecnicamente adequado possibilitará maior agilidade na realização de serviços de preparo de solo, pulverização, perfuração e transporte, reduzindo limitações atualmente existentes e promovendo elevação da qualidade dos serviços ofertados.

Como resultado direto, projeta-se aumento da produtividade agrícola municipal, uma vez que o acesso facilitado a equipamentos mecanizados contribuirá para otimização das etapas produtivas, redução de perdas operacionais, melhor manejo das lavouras e maior eficiência na utilização de insumos agrícolas. Tais fatores tendem a fortalecer economicamente os produtores rurais, ampliar sua competitividade e incentivar a permanência da atividade agrícola como vetor de geração de renda e desenvolvimento local.

No âmbito administrativo, a aquisição resultará em maior autonomia operacional do Município, reduzindo a dependência de contratações terceirizadas para execução de determinados serviços, o que representa potencial economia de recursos públicos a médio e longo prazo. Ademais, a estruturação patrimonial da Administração com bens permanentes promove sustentabilidade institucional, permitindo continuidade das ações governamentais mesmo diante de oscilações orçamentárias futuras.

Sob a ótica social, espera-se fortalecimento da agricultura familiar, melhoria das condições de trabalho no campo, estímulo à permanência das famílias na zona rural e incremento da segurança alimentar, considerando que a mecanização adequada favorece o aumento da produção e a diversificação agrícola.

Do ponto de vista econômico, os investimentos possuem potencial de gerar efeitos multiplicadores, contribuindo para o aquecimento da economia local, fortalecimento das cadeias produtivas rurais, incremento da arrecadação e valorização da atividade agropecuária como setor estratégico para o desenvolvimento municipal.

Além disso, o cumprimento das metas estabelecidas no convênio federal reforça a capacidade institucional do Município na captação e execução eficiente de recursos públicos externos, fortalecendo sua credibilidade administrativa perante órgãos concedentes e ampliando possibilidades de futuras parcerias e investimentos.

Assim, a contratação não se limita à aquisição patrimonial imediata, mas representa instrumento de transformação estrutural, com reflexos positivos duradouros na eficiência administrativa, no desenvolvimento rural sustentável e na promoção do interesse público.

Portanto, evidencia-se que a presente contratação constitui investimento estratégico de longo prazo, apto a gerar resultados concretos e duradouros, consolidando-se como medida



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

essencial para o fortalecimento da gestão pública rural e para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Município.

### 15. PROVIDÊNCIA A SEREM ADOTADAS ANTES DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e o fiscal de contrato deverão ser formalmente cientificados, da indicação e das respectivas atribuições.

Fica aqui como sugestão de boa prática, antes de montar o Termo de Referência conferir novamente as quantidades necessárias.

### 16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há contratações correlatas para o objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP.

### 17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### Análise de Risco:

Essa análise permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: **i.** a probabilidade de ocorrência dos eventos; **ii.** os possíveis danos potenciais; **iii.** possíveis ações preventivas e contingências; e **iv.** identificação de responsáveis por ação.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento:

Risco 1 - Estimativa dos valores em desacordo com os preços praticados no mercado	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	Certame deserto ou item fracassado.
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Obter os valores dos contratos fechados nas licitações;</li><li>➤ Coletar preços de mercado para os produtos ou serviços licitados, o que pode ser feito através de cotações, preços públicos disponíveis, sites de comparação de preços;</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Comparar os valores licitados com os preços de mercado;</li><li>➤ Identificar variações significativas. Por exemplo, se os valores licitados são muito superiores ou inferiores aos preços de mercado;</li><li>➤ Estabelecer uma cesta de preços aceitáveis na pesquisa de preços da licitação;</li><li>➤ Realizar a média dos orçamentos estabelecendo o valor estimado para ser licitado, segundo o entendimento do TCU, no acórdão n.º 3068/2010-Plenário, afirmou que “o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado”.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Retornar o processo para a fase preparatória;</li><li>➤ Documentar todas as variações identificadas;</li><li>➤ Elaborar um relatório detalhado descrevendo as discrepâncias e possíveis razões (superfaturamento, subavaliação, falta de competitividade, etc.);</li><li>➤ Sugerir ações para corrigir os valores em desacordo.</li></ul>

Risco 2 - Questionamentos excessivos	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Baixo
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Aumento de Custos: Cada questionamento requer tempo e recursos para ser respondido, o que pode aumentar os custos administrativos;</li><li>➤ Multas e Penalidades: Ilegalidades podem resultar em multas ou penalidades previstas em Lei;</li><li>➤ Perda de Oportunidades: Ilegalidades podem fazer com que projetos importantes sejam adiados ou cancelados;</li><li>➤ Perda de Credibilidade: Um processo de licitação marcado por muitos questionamentos e atrasos pode levar à perda de confiança por parte dos fornecedores e do público;</li><li>➤ Conflitos Administrativos: Questionamentos podem revelar ambiguidades nos Editais e Contratos que resultam em disputas e renegociações;</li><li>➤ Litígios: Questionamentos podem escalar para disputas legais, resultando em processos judiciais que consomem tempo e recursos.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Edital Claro e Completo: Assegurar que todos os documentos de licitação sejam claros, detalhados e abrangentes;</li><li>➤ Análise de Riscos: Identificar possíveis áreas de questionamento e preparar respostas antecipadamente;</li><li>➤ Treinamento para Equipes: Capacitar a equipe responsável pela elaboração e gestão das licitações;</li><li>➤ Análise de Feedback: Recolher e analisar feedback dos participantes após cada licitação para identificar áreas de melhoria;</li><li>➤ Revisão Contínua: Revisar e atualizar continuamente os processos</li></ul>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>de licitação com base em experiências passadas e melhores práticas;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Sessões de Esclarecimento: Realizar sessões de esclarecimento antes do prazo de submissão de propostas para abordar dúvidas;</li><li>➤ Portal de Transparência: Usar plataformas online para disponibilizar informações e respostas a questionamentos de forma pública e acessível.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Inclusão de Cláusulas Específicas: Incluir cláusulas que abordem explicitamente como serão tratados os questionamentos e prazos para respostas.</li><li>➤ Formação da Equipe: Designar uma equipe específica para responder rapidamente a questionamentos e resolver problemas que surgirem;</li><li>➤ Análise Jurídica: Realizar uma análise jurídica completa dos documentos de licitação para garantir conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.</li></ul>

## Risco 3 - Contratação deserta ou com tem fracassado

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Atrasos em Projetos: Uma contratação deserta ou fracassada pode causar atrasos significativos em projetos públicos, como obras de infraestrutura, fornecimento de serviços essenciais, ou aquisição de bens. Isso pode impactar negativamente a eficiência e a eficácia da administração pública;</li><li>➤ Aumento de Custos: Com o fracasso de uma licitação, pode ser necessário iniciar um novo processo licitatório, o que gera custos administrativos adicionais. Além disso, a necessidade de ajustar os termos do edital para atrair mais propostas pode resultar em preços mais altos;</li><li>➤ Perda de Credibilidade: Repetidos fracassos em processos licitatórios podem afetar a credibilidade da administração pública perante os fornecedores e a população, gerando desconfiança sobre a capacidade de gestão dos recursos públicos.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Estudo de Mercado: Conduzir uma pesquisa de mercado para entender a capacidade dos fornecedores, os preços praticados e as especificações técnicas mais comuns. Isso ajuda a ajustar o edital de forma que seja atraente para os fornecedores;</li><li>➤ Especificações Claras e Realistas: Definir especificações técnicas claras, objetivas e realistas, que possam ser atendidas pelos fornecedores. Evitar exigências desnecessárias que possam restringir a participação;</li><li>➤ Cesta de preços: Estabelecer um orçamento compatível com os preços de mercado, evitando subestimar os custos envolvidos;</li><li>➤ Prazo Adequado: Definir prazos razoáveis para a entrega de</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>propostas e execução dos contratos, permitindo que os fornecedores tenham tempo suficiente para se preparar;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Divulgação Adequada: Garantir ampla divulgação dos editais de licitação, utilizando diversos canais de comunicação para alcançar um maior número de fornecedores;</li><li>➤ Uso de Plataformas Digitais: Utilizar plataformas digitais de licitação para facilitar a participação dos fornecedores e aumentar a transparência do processo.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Análise de Causas: Identificar rapidamente as causas que levaram ao fracasso ou deserto da licitação. Pode envolver consultas com potenciais fornecedores, análise das propostas desclassificadas e revisão das especificações do edital.</li><li>➤ Comunicação Interna: Informar todos os envolvidos internamente sobre o fracasso da licitação e as ações de contingência a serem tomadas.</li><li>➤ Revisão e Ajuste do Edital: Baseado na análise, ajustar as especificações técnicas, condições de participação, prazos e estimativas de custo para torná-las mais atrativas e viáveis para os fornecedores.</li><li>➤ Reabertura da Licitação: Se as alterações necessárias forem mínimas, considerar a reabertura da licitação com os ajustes necessários.</li><li>➤ Nova Licitação: Caso as mudanças sejam substanciais, preparar e lançar uma nova licitação, garantindo que os problemas anteriores tenham sido resolvidos.</li><li>➤ Contratação Direta: Em casos de urgência ou emergência, onde a continuidade do serviço é crítica, a legislação permite a contratação direta de fornecedores. Isso deve ser feito com transparência e justificativa adequada, seguindo os regulamentos específicos para situações emergenciais.</li></ul>

## Risco 4 - Adjudicatária se recusar a assinar o contrato

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Perda de Oportunidade: A Administração Pública pode perder a oportunidade de realizar uma aquisição, avançar com o projeto ou serviço que estava planejado, o que pode resultar em atrasos ou interrupções significativas;</li><li>➤ Custos Adicionais: Pode haver custos adicionais incorridos pela entidade, como custos administrativos para lidar com a situação, custos de reabertura do processo de licitação e potencialmente custos legais se medidas legais forem necessárias.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Comunicação Clara e Documentada: Desde o momento da adjudicação até a assinatura do contrato, é importante manter uma comunicação clara e documentada com a adjudicatária. Isso inclui</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>confirmar por escrito os prazos e as expectativas para a assinatura do contrato;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Cláusulas Contratuais Claras: Garantir que o contrato de licitação contenha cláusulas claras sobre os prazos e as consequências de não cumprimento, incluindo penalidades por atraso na assinatura ou não cumprimento dos termos;</li><li>➤ Monitoramento Proativo: Monitorar de perto o progresso da adjudicatária em relação à assinatura do contrato, seguindo os prazos estabelecidos e agindo imediatamente se houver sinais de hesitação ou recusa em assinar;</li><li>➤ Notificações Formais: Se a adjudicatária não cumprir os prazos acordados ou indicar claramente que não pretende assinar o contrato, enviar notificações formais por escrito solicitando esclarecimentos e estabelecendo consequências claras caso não haja uma resposta satisfatória;</li><li>➤ Penalidades Contratuais: Estabelecer cláusulas que especificam penalidades monetárias por atraso na assinatura do contrato ou por não cumprimento dos termos acordados. Essas penalidades são geralmente estipuladas como uma porcentagem do valor total do contrato ou de um valor fixo por dia de atraso.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Possíveis Penalidades Contratuais: Aplicar penalidades ou multas se a parte adjudicatária não cumprir com suas obrigações contratuais, como assinar o contrato dentro de um prazo específico após a adjudicação;</li><li>➤ Reabertura da Licitação: A Administração Pública pode optar por reabrir o processo de licitação se a adjudicatária se recusar a assinar o contrato. Isso geralmente ocorre para selecionar uma nova adjudicatária que esteja disposta a cumprir os termos do contrato;</li><li>➤ Responsabilidade por Custos e Danos: A adjudicatária que se recusa a assinar o contrato pode ser responsabilizada por custos adicionais incorridos pela entidade que realizou a licitação, como custos administrativos adicionais ou custos relacionados à reabertura do processo de licitação;</li><li>➤ Medidas Administrativas: Impedimento de Contratar com a Administração: A empresa adjudicatária que se recusa a assinar o contrato pode ser impedida de participar de novas licitações por um período determinado. Inidoneidade: Em casos mais graves, a empresa pode ser declarada inidônea para contratar com a administração pública por um período determinado, o que implica na proibição de participar de licitações e de contratar com o poder público.</li><li>➤ Medidas Legais: Dependendo da gravidade da recusa e das circunstâncias envolvidas, a entidade que realizou a licitação pode buscar medidas legais para buscar reparação pelos danos sofridos, como perdas financeiras decorrentes da recusa em assinar o contrato.</li><li>➤ Chamada da Segunda Colocada: Em alguns casos, a administração</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	pode chamar a próxima colocada na licitação para assumir a posição da empresa que se recusou a assinar o contrato.
--	--

Risco 5 - Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Atrasos na execução do projeto: Se a empresa não consegue cumprir os prazos estabelecidos no contrato, isso pode resultar em atrasos significativos na entrega do serviço ou produto contratado, afetando os cronogramas planejados;</li><li>➤ Prejuízos financeiros: Os custos adicionais para corrigir os problemas causados pela empresa incapaz de executar o contrato podem ser significativos. Isso inclui custos de retrabalho, multas contratuais e até mesmo a necessidade de realizar uma nova licitação.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Análise rigorosa durante a fase de habilitação: Durante o processo de licitação, realizar uma análise detalhada da capacidade técnica, financeira e operacional dos concorrentes. Isso pode envolver a verificação de experiências anteriores, capacidade financeira com base em demonstrações contábeis atualizadas, e capacidade operacional com base em recursos humanos e infraestrutura disponível;</li><li>➤ Exigência de garantias ou cauções: Em certos casos, pode ser prudente exigir que a empresa vencedora forneça garantias ou cauções que assegurem sua capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Isso pode incluir garantias bancárias, seguros ou outras formas de garantia financeira.</li><li>➤ Monitoramento contínuo durante a execução do contrato: Após a adjudicação do contrato, é importante monitorar continuamente o desempenho da empresa contratada. Isso pode envolver relatórios periódicos, visitas de acompanhamento no local, e avaliação do cumprimento dos prazos e qualidade dos serviços prestados.</li><li>➤ Cláusulas contratuais robustas: Incluir cláusulas contratuais que prevejam medidas claras em caso de descumprimento ou incapacidade da empresa contratada. Isso pode incluir penalidades por atrasos, rescisão contratual e procedimentos para substituição da empresa contratada.</li><li>➤ Notificações Formais: Se a contratada não cumprir os prazos acordados ou indicar claramente que não pretende realizar as entregas ou fornecimentos, enviar notificações formais por escrito solicitando esclarecimentos e estabelecendo consequências claras caso não haja uma resposta satisfatória;</li><li>➤ Penalidades Contratuais: Estabelecer cláusulas que especificam penalidades monetárias por atraso por não cumprimento dos termos acordados. Essas penalidades são geralmente estipuladas como uma</li></ul>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	porcentagem do valor total do contrato ou de um valor fixo por dia de atraso.
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Revisão imediata da situação: Assim que surgirem indícios de que a empresa vencedora não conseguirá cumprir suas obrigações contratuais, é fundamental realizar uma revisão detalhada da situação. Isso pode envolver uma análise das razões para a incapacidade e a avaliação dos impactos potenciais no projeto;</li><li>➤ Ativação de garantias ou caucões: Se houver garantias ou caucões previstas no contrato, considerar a ativação desses mecanismos para mitigar os prejuízos financeiros decorrentes da incapacidade da empresa contratada;</li><li>➤ Procedimentos legais: Consultar a equipe jurídica para entender os direitos e responsabilidades contratuais envolvidos. Isso pode incluir a aplicação de penalidades contratuais, a rescisão do contrato ou a busca por medidas judiciais caso necessário;</li><li>➤ Rescisão de contrato: É uma medida drástica, mas às vezes necessária, quando uma empresa vencedora de licitação não consegue cumprir com suas obrigações contratuais;</li><li>➤ Chamada da Segunda Colocada: Em alguns casos, a administração pode chamar a próxima colocada na licitação para assumir a posição da empresa que se recusou a assinar o contrato.</li></ul>

Risco 6 - Prestação de serviços ou produtos de baixa qualidade	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Danos financeiros: Custos adicionais incorridos para corrigir ou substituir os serviços ou produtos defeituosos;</li><li>➤ Danos operacionais: Interrupções ou atrasos nas operações devido aos problemas com os serviços ou produtos fornecidos.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Especificação clara de requisitos: Elaborar especificações detalhadas e claras dos serviços ou produtos que serão contratados, incluindo padrões de qualidade, prazos de entrega, e critérios de aceitação.</li><li>➤ Acionar cláusulas contratuais: Verificar se o contrato de licitação possui cláusulas que abordam penalidades por falhas na qualidade dos serviços ou produtos. Essas cláusulas podem incluir multas, descontos nos pagamentos ou até mesmo rescisão do contrato, dependendo da gravidade das falhas.</li><li>➤ Comunicação eficaz: Manter uma comunicação aberta e regular com o fornecedor, abordando prontamente quaisquer problemas ou preocupações relacionados à qualidade dos serviços ou produtos entregues.</li><li>➤ Monitoramento Contínuo: Monitorar continuamente a execução do contrato para detectar precocemente quaisquer sinais de problemas.</li><li>➤ Avaliação de desempenho: Realizar avaliações periódicas do</li></ul>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

	desempenho dos fornecedores com base nos critérios de qualidade e cumprimento contratual, incentivando a melhoria contínua.
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Avaliação dos impactos: Avaliar o impacto das deficiências na operação ou nos resultados esperados. Isso pode incluir custos adicionais incorridos para corrigir os problemas ou perda de eficiência operacional;</li><li>➤ Notificação formal: Comunicar oficialmente a parte contratada sobre as questões de qualidade identificadas, por escrito, destacando as cláusulas contratuais pertinentes que estabelecem os padrões de qualidade esperados;</li><li>➤ Consideração legal: Se as tentativas de resolução amigável não forem bem-sucedidas, considere consultar um advogado especializado em contratos e licitações para avaliar suas opções legais, como iniciar procedimentos de disputa ou buscar reparação por meio de medidas legais.</li><li>➤ Procedimentos legais: Consultar a equipe jurídica para entender os direitos e responsabilidades contratuais envolvidos. Isso pode incluir a aplicação de penalidades contratuais, a rescisão do contrato ou a busca por medidas judiciais caso necessário;</li><li>➤ Rescisão de contrato: É uma medida drástica, mas às vezes necessária, quando uma empresa vencedora de licitação não consegue cumprir com suas obrigações contratuais;</li><li>➤ Chamada da Segunda Colocada: Em alguns casos, a administração pode chamar a próxima colocada na licitação para assumir a posição da empresa que se recusou a assinar o contrato.</li></ul>

## 18. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados.

Impacto	Probabilidade			
	Sem impacto	Baixa	Médio	Alto
Baixo		Risco 2		
Médio		Risco 1, 3 e 4		
Alto		Riscos 5 e 6		

## 19. IMPACTO AMBIENTAL



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Permite, dessa forma, o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade.

As contratações públicas sustentáveis previstas na Lei n.º 14.133/2021 têm relação com o ODS 12 – “*Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis*”, em sua meta nº 7, que é a de “*promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.*” (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 4ª Edição. Distrito Federal. 2021).

Portanto, em detrimento dos regulamentos em vigor, devem para a execução dos serviços seguir elementos de baixo impacto ambiental, em especial de:

- i. Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA N° 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- ii. Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA N° 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;
- iii. Atender, no que couber, à Resolução CONATRAM N° 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade, e,
- iv. Adotar mecanismos e procedimentos de uso racional de água e energia elétrica e utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, conforme estabelece o Decreto N° 2.830-R de 19/08/2011.

Destarte, será de responsabilidade da empresa integrar aspectos socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, os direitos humanos.

No que se refere ao impacto ambiental, verifica-se que a presente contratação, consistente na aquisição de trator agrícola, pulverizador de barras, perfurador de solo e carreta agrícola, não gera, por si só, impactos ambientais diretos relevantes, uma vez que o objeto se limita à incorporação patrimonial de bens permanentes destinados ao fortalecimento da infraestrutura operacional da Administração Pública Municipal.

A aquisição dos equipamentos não envolve processos de instalação industrial, obras civis ou intervenções ambientais imediatas, razão pela qual não se identificam danos



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

ambientais decorrentes diretamente do procedimento contratual em si. Trata-se, portanto, de medida administrativa de aparelhamento institucional, cujo objetivo principal é ampliar a capacidade operacional dos serviços públicos rurais.

Ressalta-se, contudo, que a utilização futura dos equipamentos deverá observar rigorosamente as normas ambientais aplicáveis, especialmente no que se refere ao uso adequado de combustíveis, lubrificantes, manutenção preventiva, destinação correta de resíduos, controle de emissões e aplicação responsável de insumos agrícolas, de modo a mitigar eventuais impactos operacionais inerentes às atividades agrícolas mecanizadas.

Além disso, recomenda-se que a Administração adote práticas de gestão sustentável, promovendo capacitação dos operadores, manutenção periódica dos equipamentos e observância às boas práticas agrícolas e ambientais, garantindo que a operacionalização dos bens ocorra de forma ambientalmente responsável.

Dessa forma, conclui-se que não há impacto ambiental significativo decorrente da aquisição em si, sendo eventuais repercussões ambientais vinculadas exclusivamente à fase operacional, as quais podem ser adequadamente controladas mediante observância da legislação vigente e adoção de práticas sustentáveis.

Inferi-se, portanto, que a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar se considera viável, não gerará impactos ambientais.

## 20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO - CONCLUSÃO

Pelo exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência, evitando assim os transtornos provenientes de uma contratação sem análise prévia de atendimento às exigências aqui estipuladas.

Considerando, que os requisitos da fase de planejamento do estudo técnico preliminar foram objetivamente definidos e a solução encontrada mostra-se adequada para o atendimento da necessidade, resta demonstrada a viabilidade da contratação, na forma identificada neste instrumento.

Não havendo impedimentos ou vícios e constatada a necessidade e conveniência da presente contratação, declarou-se o Presente Estudo Técnico Preliminar como viável.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

---

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Borrazópolis/PR, 15 de abril de 2026.

---

**Cristiano da Silva Stapait**  
Secretário Municipal de Agropecuária, Meio  
Ambiente e Turismo